

O 11 de Novembro de 1955*

Karla G. Carloni

Resumo:

Em 11 de novembro de 1955, oficiais do Exército, reunidos sob a liderança do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, desfecharam um contragolpe sobre militares e civis que apoiavam a suspensão do regime democrático. O movimento tinha como objetivo manter a legalidade e garantir a posse do então presidente eleito, Juscelino Kubistchek. O episódio intensificou as divergências políticas no interior das Forças Armadas e possibilitou a união de civis e militares em defesa das teses nacionalistas.

Palavras-chave: Nacionalismo; Militares; Legalidade.

Abstract:

On November 11, 1955, army officers, meeting under the leadership of Minister of War, General Henrique Teixeira Lott, has launched an counterattack on civilians and military who supported the suspension of democratic rule. The movement was aimed at maintaining the legality and to ensure the occupancy of the then elected president, Juscelino Kubitschek. The incident intensified the political differences within the armed forces and permitted the union of civil and military in defense of the nationalist thesis.

Keywords: Nationalism, Military, Legality.

No Brasil o ano político de 1955 iniciou sob o impacto do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto do ano anterior, e os seus desdobramentos. Os partidos e as organizações civis e militares se manifestavam a partir da herança política do presidente morto. O debate girava em torno dos rumos a serem seguidos pela economia e pela política nacionais. Questões como a participação política dos setores populares, a industrialização nacional, o alinhamento político e econômico do Brasil aos Estados Unidos e a exploração de recursos naturais polarizavam os meios civis e militares, getulistas e não getulistas.

Na agenda política do ano estavam as eleições presidenciais que iriam definir a correlação de forças dos próximos quatro anos. Os partidos políticos de bases nacionais,

* Pesquisa realizada em dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, concluído em 2005.

que haviam se constituído durante o processo de democratização inaugurado com o fim do Estado Novo, buscavam estabelecer a hegemonia política dos grupos que representavam. Desta forma o debate sobre os rumos da nação tomou corpo na disputa eleitoral, envolvendo amplamente setores militares.

Militares: nacionalismo, liberalismo e anticomunismo

A ideologia nacionalista interpretava o “atraso” do país principalmente como consequência de sua formação histórica e sob o aspecto das relações externas. O Brasil era subdesenvolvido devido à sua “má formação histórica” e à sua dependência das nações desenvolvidas economicamente. A oposição entre subdesenvolvido e desenvolvido era, para alguns, a chave de interpretação da realidade brasileira (Oliveira, 1981).

Durante o Estado Novo, essa formulação originou uma cultura política comum e apropriada por vários segmentos da sociedade. O nacionalismo autoritário serviu como meio legitimador da política e objetivos dos setores dominantes durante o Estado Novo, mas, ao mesmo tempo, vários setores populares também elaboraram as suas próprias interpretações nacionalistas. Estes grupos criaram as bases dos discursos e da cultura política dos grupos que nas décadas seguintes levantariam bandeiras em nome de reformas sociais e econômicas.

O nacionalismo popular e o combate ao imperialismo norte-americano reuniram setores da população brasileira que percebiam a presença de empresas multinacionais como ameaça ao desenvolvimento da economia nacional. Grupos militares, católicos, getulistas, comunistas e trabalhistas foram os principais porta-vozes desse ideal. “Era um forte sentimento de desconfiança ou mesmo de franca hostilidade [...] em face da ação das corporações, das grandes empresas e do governo dos Estados Unidos.” (Konder, 1998:362)

O nacionalismo não era a única opção para o desenvolvimento nacional. Uma outra parcela da sociedade civil, representada pela maioria dos setores conservadores que combatiam a herança de Vargas, abdicava das ideias de soberania econômica da nação e se aproximava do liberalismo norte americano.

A cisão da sociedade civil encontrava interação nas Forças Armadas. O nacionalismo popular atraía militares que achavam que a soberania nacional estava estritamente ligada ao desenvolvimento econômico que, por sua vez, só seria possível

através do desenvolvimento industrial e de maior igualdade social. Estes militares também pensavam em termos de segurança nacional, que exigiria o monopólio do Estado na guarda e a exploração dos recursos naturais – tais como combustível, recursos minerais e força hidrelétrica.

No lado oposto estavam os militares que ajudaram a depor Vargas em 1954. Adeptos do nacionalismo autoritário ou do liberalismo condenavam a herança varguista que criava a possibilidade de ascensão política das classes trabalhadoras e seus potenciais simpatizantes, os comunistas, e enxergaram na burguesia ligada ao capital internacional uma importante aliada no fomento do desenvolvimento econômico da nação e no combate ao nacionalismo popular.

De acordo com José Murilo de Carvalho, no final da década de 1940 e início da década 1950, houve a união da facção militar anticomunista, que se opunha ao getulismo e ao trabalhismo, com a elite econômica interessada no privilégio do capital privado e na entrada de capital estrangeiro no país. Na união com a burguesia os militares abandonaram, em parte, as aspirações nacionalistas em nome do combate a um inimigo comum, o “fantasma do comunismo” e à ascensão política dos setores populares (Carvalho, 1999a: 81).

Entre 1945 e 1964 houve uma radical fragmentação política nas Forças Armadas. A união orientada pela disciplina e pela hierarquia começou a ser posta em cheque pela presença de grupos antagônicos que se comportavam como verdadeiros “partidos políticos”. Forças Armadas, por não serem monolíticas, comportavam em si grupos que desempenhavam funções análogas as das organizações político-partidárias, desenvolvendo em seu interior, segundo a própria lógica interna da corporação, processos característicos da realidade partidária, ou seja: deliberação, tomadas de decisão, alianças e/ou articulações. (Rouquié, 1980:12)

O nacionalismo econômico e a herança popular de Vargas eram pontos importantes de divergência. O nacionalismo militar buscava articular-se com os setores identificados de alguma forma com o nacionalismo popular, principalmente em partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB). Já os militares anticomunistas afirmavam alianças com setores civis liberais, condensados, principalmente, na União Democrática Nacional (UDN).

O ministro da Guerra de Café Filho

Café Filho, vice-presidente do Getúlio, ao assumir a presidência em setembro de 1955 constituiu um ministério com figuras reconhecidamente identificadas com o antigetulismo e em sua maioria ligados à UDN. Os militares que compunham os cargos ministeriais não fugiram a esta regra, somente o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott não se identificava com a UDN.

O general Lott, para a sua própria surpresa, foi escolhido para ocupar o prestigiado Ministério da Guerra. Embora tenha sido um dos signatários do manifesto dos generais que, em 23 de agosto de 1954, exigiu a saída de Vargas do poder, o general foi escolhido por ser conhecido “por suas posições de intolerância a qualquer indisciplina militar (Esteves, 1999: 197). Era soldado puro, infenso ao jogo político, disciplinado, respeitado (...) só ele tinha condições para impor a autoridade, só ele inspirava confiança” (Sodré, 1967: 468).

Era necessário conter a maior das três forças, que havia sido fragmentada por cisões políticas. Nenhum presidente poderia governar sem o apoio do Exército. Os demais cargos militares estavam compostos por oficiais reconhecidos por suas posições antigetulistas e pelo envolvimento direto na crise de agosto de 1954, alguns ligados à UDN.¹

O ano de 1955 trazia consigo o desafio de novas eleições. A tese de união nacional era proposta por alguns segmentos que não tinham interesse em acirradas disputas político-partidárias, como os dissidentes do Partido Social Democrático (PSD), a UDN, militares antigetulistas e o próprio presidente em exercício. O PSD foi o primeiro a romper com as teses que aludiam à necessidade de um candidato único. Já em novembro de 1954 lançou, extraoficialmente, a candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK contrariou os círculos antigetulistas civis e militares, que condenavam a aproximação do candidato aos setores getulistas. Temiam o retorno de uma política que se identificasse com a herança do presidente morto (Bojunga, 2001: 267).

¹ Na pasta da Aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes; na pasta da Marinha, o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale; na chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, o general Juarez Távora, acumulando o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional; como chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Canrobert Pereira da Costa.

O PTB, partido considerado herdeiro da política popular de Vargas e que tinha nos setores operários urbanos o seu eleitorado resolveu negociar o seu apoio a JK. Acreditando na importância de João Goulart, que possuía grande proximidade dos sindicatos e tinha a sua imagem associada diretamente ao presidente morto, e do próprio partido, que construía a sua identidade sob a carta-testamento deixada por Vargas, o PTB lançou Jango como candidato à vice-presidência compondo chapa com Juscelino. Durante um congresso do PTB, e para maior descontentamento da oposição conservadora, foi lida uma carta Luís Carlos Prestes, dirigente do proscrito PCB, apoiando a candidatura de JK e Jango e propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas nas disputas das eleições presidenciais (D'Araújo, 1996: 109).

O PCB, nesta conjuntura, começava a se estabelecer como um dos principais porta-vozes do ideário nacionalista popular. Integrando o grupo defensor da autonomia política e econômica da nação, o partido ao longo de sua trajetória, nas décadas de 1940 e 1950, em muitos momentos admitiu alianças partidárias como estratégia política. Viam na linha reformista uma etapa para a revolução (Ridenti, 1982).

A UDN, partido que, ao final do Estado Novo (1937-1945), surgiu da união de variados grupos políticos em torno da defesa dos ideais liberais e da oposição a Vargas, lançou a candidatura de Etelvino Lins para presidência da República. Depois de várias negociações, Lins teve a sua candidatura retirada e a UDN a substituiu pelo apoio à candidatura do general Juarez Távora, já lançada oficialmente pela legenda do Partido Democrático Cristão, dissidência da UDN, e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).²

A oposição à chapa de JK e Goulart não se restringiu apenas ao apoio político a outros candidatos. Vários grupos conservadores, temerosos que representantes do getulismo, principalmente Goulart, se estabelecessem no poder, fizeram da imprensa o seu campo de batalha. Denúncias de corrupção tentavam macular a imagem dos dois candidatos e propostas de soluções extralegais para sanear a política nacional circulavam na imprensa.

A UDN abrigava sob a sua legenda adeptos da ideia de intervenção militar na política, identificados com o radicalismo do deputado estadual carioca, Carlos Lacerda.

² Por fim, em agosto de 1955 estavam oficialmente lançadas quatro chapas com suas respectivas coligações: Juscelino Kubitschek - João Goulart, apoiados pelo PSD, PTB, PR (Partido Republicano), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PST (Partido Social Trabalhista) e PRT (Partido Republicano Trabalhista); Juarez Távora - Milton Campos, apoiados pela UDN, dissidentes do PSD, PDC, PSB e PL (Partido Libertador); Ademar de Barros - Danton Coelho, apoiados pelo PSP e dissidentes do PTB; e Plínio Salgado, antigo líder integralista, pelo PRP (Partido de Representação Popular).

O partido construiu o seu discurso a partir da denúncia de “subversão social” e inúmeras foram as reportagens denunciativas vinculadas pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda.

A cúpula do Exército, representada na figura do ministro da Guerra, tentou imprimir uma única orientação política à instituição, tarefa dificultada pela falta de unidade entre os próprios oficiais. Frente ao quadro de instabilidade e ao bombardeio de declarações na imprensa, cobrando das Forças Armadas uma posição fiel ao movimento que levou Getúlio Vargas ao suicídio, Lott lutou para manter a coesão entre as três Forças e a tranquilidade da nação, preconizando que os militares e, principalmente, o Exército, eram agentes de manutenção e respeito da Constituição e da legalidade.³

Mas não era só a oposição direta aos candidatos que animava os sentimentos dos militares partidários de uma intervenção militar na política do país. Além do antigetulismo, outra questão também pesava na relação entre as Forças Armadas e o Estado. A defasagem dos soldos dos militares de uma forma geral e a falta de equiparação entre os vencimentos das patentes alimentavam a insatisfação militar.

Paralelamente à hierarquia das Forças Armadas, duas organizações compostas por militares atuaram de forma ativa representando interesses divergentes: o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática, movimentos ideologicamente opostos que congregaram em sua maioria oficiais militares das três forças e agiram sistematicamente em nome de suas causas com grande grau de independência dentro da instituição militar.

Articulado por oficiais do Exército no início de 1955, o MMC visava garantir a realização das eleições presidenciais e a posse dos candidatos. De acordo com as interpretações do grupo a democracia e os direitos sociais estavam ameaçados pelos grupos civis e militares defensores de uma “intervenção militar saneadora” que evitasse a presença no poder de grupos identificados com o nacionalismo e a política varguista. A organização congregava principalmente oficiais do Exército, mas também contava com o apoio de praças e, principalmente, sargentos das duas outras forças. Tinha na manutenção da legalidade o seu objetivo principal e por muitos oficiais era tido como um movimento de esquerda. Na maioria eram integrantes oficiais getulistas e nacionalistas, mas, sobretudo, legalistas, que não viam com agrado a atuação política de oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), que defendiam teses autoritárias e

³ *Correio da Manhã*. 08 de julho de 1955, p. 12.

tinham restrições à participação política dos setores populares. Na prática era conduzido apenas por alguns oficiais do Exército. Na liderança estava o coronel José Alberto Bittencourt, que servia então na Inspetoria Geral do Exército, “centro ativo conspirativo pela preservação do regime” e que estava sob o comando do general Zenóbio da Costa (Sodré, 1967: 497).

A Cruzada Democrática foi o contraponto do MMC. Organização militar surgida em 1952, por conta da disputa nas eleições no Clube Militar, congregava oficiais como Juarez Távora, Góis Monteiro, Fiúza de Castro, Cordeiro de Farias e Canrobert Pereira da Costa. Estes militares se identificavam pela oposição ao presidente Vargas e ao que sua política representava – monopólio estatal na exploração de recursos energéticos. Pregava um “nacionalismo racional”, o alinhamento do Brasil aos EUA e esteve amplamente envolvida na crise política de 1954. Agora se debatia contra os candidatos JK e Jango.

Nas instituições militares haviam se consolidado verdadeiros partidos em torno das eleições presidenciais e, ao contrário da conhecida máxima do general Góis Monteiro, “fazer a política do Exército e não no Exército”, fazia-se política nas Forças Armadas (Pinto: 1999). Aeronáutica e Marinha concentravam o maior número de oficiais que eram suscetíveis às propostas de intervenção militar.

No dia 3 de outubro de 1955, apesar do clima tenso, as eleições foram realizadas e transcorreram pacificamente. Juscelino venceu as eleições com uma estreita margem de votos, 33,8%. Na disputa pela vice-presidência Goulart foi vitorioso com 39,5% dos votos (D’Araujo. 1996: 111-112).

A realização das eleições não significou o fim da disputa política. Se o processo para as realizações das eleições tinha se dado através de pequenos embates, a “grande batalha” ainda estava por vir. As correntes antigetulistas tinham perdido sua chance de tomar o poder através das regras do jogo democrático e passaram a elaborar estratégias mais radicais para impedir a posse dos eleitos. Já os que agiram a favor do cumprimento da Constituição viam com urgência a necessidade de se garantir o respeito à Constituição e a posse de JK e Jango em janeiro do ano seguinte.

Depois do resultado eleitoral, as estratégias de disputa dos grupos civis e militares foram radicalizadas. A oposição tentou recursos jurídicos nos tribunais pela anulação das eleições. Os argumentos para a ação legal eram dois: a não validade dos votos dos comunistas, por não existir legalmente o partido, e a tese da necessidade de maioria absoluta de votos.

Mas não foi somente no campo legal que se deu o embate. As ideias de rompimento institucional, que já circulavam, eram defendidas não só por Lacerda e os militares alinhados pela ideia de intervenção, mas também por alguns jornais como *O Globo*, *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*.⁴

A radicalização não partiu somente de um dos lados. Apesar de ir contra a ordem do próprio ministro da Guerra, militares que defendiam o regime legal também faziam declarações e organizavam suas forças. Datando do dia 15 de outubro, um boletim especial, *Boletim nº1*, de autoria do general Zenóbio da Costa, circulou pelos meios militares. Nele, o general fazia uma defesa da manutenção da legalidade e avisava que o “Exército não está inerte nem ficará inerte diante de nenhuma ameaça às Instituições” e conclamava a Marinha, a Aeronáutica e a imprensa, a lutarem juntos ao general Lott, o “único e incontestável chefe na defesa das Instituições”.⁵

Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes

A gota d’água para a eclosão do choque entre as forças opostas ocorreu no dia primeiro de novembro de 1955, durante o enterro do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Canrobert Pereira da Costa. Na solenidade, o coronel Jurandir Bizzarria Mamede, destacado udenista e membro da ESG, proclamou, em nome da diretoria do Clube Militar, um fervoroso discurso em que denunciava estar vivendo a nação uma “legalidade imoral e corrompida” criada por um sistema político desonesto, além de questionar o resultado das eleições.⁶

O discurso do coronel, que não estava escalado para se pronunciar, casou constrangimento em alguns e o entusiasmo em outros. O general Lott, que se encontrava na cerimônia, se sentiu profundamente contrariado e logo pensou em prender Mamede, mas julgou que não era aquele o local apropriado para uma punição disciplinar.⁷

Lott julgou o discurso de Mamede um grave ato de indisciplina que poderia comprometer a unidade das Forças Armadas. Decido a puni-lo, tentou entrar em contato com o presidente da República. Julgava que, por estar servindo na ESG, o coronel não

⁴ Os jornais que mantiveram a linha de defesa da legalidade foram, principalmente, o *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*. ABREU, Alzira Alves. “Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política”. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, 1995.

⁵ *Boletim Nº 1* (Zenóbio da Costa). 15 de outubro de 1955. Arquivo Getúlio Vargas /CPDOC.

⁶ *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

⁷ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002, p.75.

estava sob o seu comando, pois a escola estava subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, que por sua vez estava subordinado diretamente à presidência da República. Porém, não conseguiu encontrar Café Filho.

No dia 3 de novembro Lott foi informado de que o presidente tinha sofrido um acidente cardiovascular e encontrava-se internado e incomunicável. O general resolveu aguardar o desdobramento dos acontecimentos e no dia 6, Café Filho passou a direção do governo a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados.

O ministro da Guerra solicitou uma audiência com o presidente recém-empossado, a fim de cobrar uma solução para o caso Mamede. Lott, diante da ordem dos acontecimentos, previa que estava sendo orquestrada uma situação para o seu afastamento do ministério da Guerra, já que era o único a cobrar a punição do coronel Mamede e, o mais importante, o único ministro militar disposto a respeitar o resultado das eleições.⁸

No dia 10 de novembro, Lott se dirigiu para o Palácio do Catete para uma audiência com o presidente em exercício, marcada para às 18 horas. Recorda o general: “Vi então com surpresa, que várias pessoas que ali se encontravam eram recebidas, enquanto eu esperava. (...) Afinal, apesar da hora previamente marcada, fui atendido 1,30 horas, ou talvez 1,40 horas depois das 18 horas”.⁹

Carlos Luz afirmou ao general que não havia nada a punir. Então, imediatamente, Lott perguntou a quem deveria passar a pasta da Guerra. O presidente lhe apontou o nome do general Fiúza de Castro – que já se encontrava no Palácio do Catete, pronto para assumir – e teceu elogios sobre esse oficial. Lott fez detalhadas considerações a Carlos Luz sobre o perigoso posicionamento político de Fiúza – chefe de um grupo dentro do Exército e ativo participante nos acontecimentos de agosto de 1954, e que por este mesmo motivo não tinha ocupado a pasta da Guerra quando Café Filho montou o seu ministério.

Confirmavam-se as previsões dos boletins do MMC e tinha sido acionada a “senha” para a deflagração do seu movimento constitucionalista para garantir a posse de JK e Jango. A unidade dentro das Forças Armadas, principalmente dentro do Exército, estava ferida, um general tinha sido derrubado por um coronel, e o ultraje a que foi

⁸ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

⁹ *Idem*.

exposto o general Lott foi encarado pelos militares ligados ao general como uma ofensa do presidente da República ao Exército.

Lott não contava só com o apoio de oficiais. Era grande o seu prestígio entre os sargentos do Exército. Os sargentos das três forças, principalmente do Exército e da Aeronáutica, que se encontravam organizados em associações regionais, apoiavam o general. Enquanto Lott aguardava ser recebido pelo presidente, um grupo de sargentos da Aeronáutica, reunidos na Cinelândia (RJ) aguardava os acontecimentos para poder agir.¹⁰

Ao disponibilizar o ministério, Lott recusou-se a passar imediatamente a pasta para Fiúza, como este desejava. Afirmou que ainda precisava redigir o seu boletim de despedida e que faltavam algumas providências para deixar o posto. A transferência do cargo se daria no dia seguinte, 11 de novembro.

Ainda na noite do dia 10, já em sua casa, o general Lott entrou em contato, através de um telefone de campanha, com o general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste (RJ). Denys sugeria uma medida interventora para afastar o presidente da República, porém Lott expôs como lhe era inconveniente transpor os limites da legalidade, mesmo que para defendê-la.¹¹

Após as conversas daquela noite, Lott foi tomado por questionamentos que não lhe permitiram dormir. Diante das invocações feitas por grupos de oficiais e praças que lhe eram solidários, Lott, segundo declararia em entrevista, chegou à conclusão de que naquele momento, além de militar, ocupava um cargo político, mesmo estando demissionário, e estava em suas mãos a responsabilidade de evitar uma guerra civil, que seria consequência da reação à ação daqueles que desejavam um golpe militar.

Aceitando o compromisso com os oficiais e praças que o apoiavam, o general Lott vestiu a farda e telefonou para o general Denys e lhe disse que estava decidido a agir. Saíram imediatamente para o Ministério da Guerra. No local Lott começou a dar as ordens necessárias para o movimento legalista. Embora a Marinha e a Aeronáutica estivessem de prontidão desde a noite do dia anterior, o Exército não estava em desvantagem em relação a essas forças. Lott tinha em suas gavetas planos elaborados já

¹⁰ Depoimento do sargento anistiado da FAB, José Maria dos Santos, ao professor Jorge Ferreira do departamento de História da UFF. LABHOI/UFF.

¹¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op. cit., p. 77.

em julho de 1955, prevendo a hipótese de uma ação armada do Exército, diante da tentativa da Marinha e da Aeronáutica tentarem um golpe militar.¹²

O comando do general Denys foi fundamental para a realização dos planos da “Operação Formiga” (Costa, 1960: 303). Mesmo antes da tomada de decisão de Lott, aquele general, consciente da existência dos planos elaborados, já tinha convocado os comandantes das grandes unidades para tomarem as providências preliminares. Porém, o que parece ter motivado Denys não foi a possibilidade de rompimento legalidade ou o desprestígio do general Lott.

Denys, tal como Lott, já havia identificado dentro das Forças Armadas dois grandes grupos opostos que radicalizavam suas posições e que colocavam em ameaça a coesão militar. A situação tinha se tornado explosiva com a exoneração do ministro da Guerra, o que indignou as tropas e insuflou o MMC a agir. Os oficiais integrantes deste movimento, na mesma noite do dia 10 de novembro, reunidos na casa do general Zenóbio, elaboraram um plano que marcava a deflagração de um “golpe revolucionário”, já indicado por seus boletins internos, para a madrugada do dia 11. Ciente desta informação, Denys – junto aos oficiais que se reuniram em sua residência – quis se antecipar, não ao general Lott, mas à tomada de ação do MMC, do qual não era simpatizante, como ele próprio afirmou posteriormente (Denys, 1980: 83).

Denys considerava o MMC um movimento ligado a grupos de esquerda. O general afirmou sobre o movimento: “general Zenóbio cria o Movimento Militar Constitucionalista, com as esquerdas civis e militares, para influir na sucessão presidencial; general Zenóbio continua fazendo reuniões com o seu Partido MMC; composto de esquerdista na maioria”.¹³ Portanto, para Denys e alguns oficiais que participaram do movimento do 11 de Novembro, sob a liderança do general Lott, a principal questão a ser defendida não era a legalidade ou a posse dos eleitos, tese defendida por Lott, mas oposição a um possível “golpe revolucionário” do MMC, organização integrada por elementos considerados da esquerda política.

De qualquer forma, na madrugada do dia 11 de novembro, os comandantes das tropas, após receberem do general Lott ordens, preventivamente elaboradas em julho de 1955, dentro de envelopes fechados, imediatamente partiram do prédio do Ministério do

¹² “Depoimento de Lott”. Op.cit. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit., p. 77-78.

¹³ DENYS, Odylio. “De 1922 a 1964 - Recapitulação dos acontecimentos principais”. Documento textual. CPDOC/FGV.

Exército para os seus respectivos comandos.¹⁴ As tropas do Exército sediadas no Rio de Janeiro foram imediatamente postas em movimento e ocuparam o arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos, o Departamento Federal de Segurança Pública, o Palácio do Catete e os lugares onde poderia haver reunião de militares contrários ao movimento. As demais unidades do Exército espalhadas pelo país foram acionadas por meio de rádio ou telefone. Todos se pronunciaram a favor do movimento. O general Denys ficou responsável por fazer a movimentação das tropas de Minas Gerais, de maneira que essa fechasse sobre o Distrito Federal.¹⁵

O problema maior foi São Paulo, cujo governador, Jânio Quadros, era ligado à UDN e simpatizava com as teses golpistas. Neste Estado inicialmente a situação era favorável às forças de oposição ao movimento liderado por Lott. Como comandante de uma tropa estava o general Tasso Tinoco, primo do brigadeiro Eduardo Gomes e simpatizante das teses golpistas e, além disso, o próprio brigadeiro, em um avião C-47, acompanhado por três bombardeiros, estava a caminho do estado a fim de organizar a resistência na base aérea de Cumbica. Esses militares esperavam ter apoio da Força Pública de São Paulo (Costa, 1960: 306-308).

Diante deste quadro Lott determinou imediatamente que as tropas de Minas, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, se rumassem para São Paulo, junto com as tropas do Paraná e Mato Grosso. O general legalista Olímpio Falconière da Cunha, então comandante da Zona Militar Centro, conseguiu seguir rapidamente para São Paulo e assumiu o comando das tropas deslocando-as para a base de Cumbica. E a tempo tropas foram deslocadas para o Porto de Santos para impedir que a Marinha o ocupasse, já que era lugar privilegiado em caso de qualquer tentativa de desembarque de dissidentes e formação de um governo de resistência com o apoio do governador Jânio Quadros. Não houve o confronto armado, tendo-se em vista a superioridade de forças do movimento liderado por Lott. As trincheiras que foram cavadas por ordem do general Tinoco não chegaram ser utilizadas, o general tinha ficado isolado (Silva, 1984: 118-122).

Enquanto transcorriam estes acontecimentos, o presidente Carlos Luz, ao perceber que a sede do governo estava cercada por tropas do Exército, rumou para o Ministério da Marinha junto com alguns ministros. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica que se encontravam no prédio lançaram um manifesto público condenando

¹⁴ “Depoimento de Lott”. Op.cit.

¹⁵ Idem.

a ação do Exército e apoiando o presidente em exercício. Após perceberem que a situação na cidade do Rio de Janeiro estava praticamente decidida a favor do general Lott e dos oficiais que a ele se aliaram, Carlos Luz, o ministro da Marinha Edmundo Amorim do Vale e alguns parlamentares e oficiais, na intenção de formar um governo de resistência, embarcaram no cruzador Tamandaré, que se encontrava atracado no Arsenal da Marinha abastecendo-se. O plano era rumar para o porto de Santos, no estado de São Paulo, e, junto com o brigadeiro Eduardo Gomes, organizar a oposição, com o apoio do governador Jânio Quadros.

A sugestão de embarque tinha sido dada pelo almirante Penna Botto, que na noite do dia 10 já havia mandado acionar todos os navios da esquadra da Marinha que estavam prontos para operações navais, que totalizavam dez. Às 5h da madrugada do dia 11 de novembro o almirante rumou para o Ministério da Marinha, no qual estavam Carlos Luz e alguns dos seus ministros e sugeriu ao presidente: “Embarcar imediatamente num dos navios da Esquadra e seguir para Santos, de onde posteriormente S. Excia. se deslocaria para São Paulo, onde instalaria o seu governo, em torno do qual se poderiam aglutinar todas as forças vivas, sadias, da Nação”.¹⁶

Alguns oficiais do Exército já estavam cientes de que a esquadra estava preparada para combate – como os documentos do MMC apontaram. Segundo Lott, o próprio Ministério da Guerra tinha documentação que comprovava que a esquadra estava realmente preparada, inclusive com o aumento de munição, para emergência de uma luta e, desta forma, estava claro que alguns oficiais da Marinha estavam organizados para uma ação de combate para conquistar os seus objetivos.

Ciente da situação da esquadra e da possibilidade de resistência de oficiais desta força, na madrugada do dia 11 de novembro, o general Lott determinou que fossem tomadas todas as providências para que a barra da Baía de Guanabara fosse fechada a todos os navios de guerra e que não fosse permitida a saída dos navios da Marinha. Quando Lott foi informado da saída do Tamandaré, que partiu às 9 horas daquela manhã, ordenou ao comandante da Artilharia de Costa: “Então dê tiros de intimidação à frente. Se continuar, então atire em cima porque é preciso que a Esquadra não saia. E se o Tamandaré não sair, os outros navios naturalmente não sairão” (Silva, 1984: 121).

¹⁶ Depoimento do almirante Penna Botto. *Revista Manchete*. 24 de novembro de 1955.

O Tamandaré, comandado pelo capitão de mar e guerra Silvio Heck, foi advertido pelas fortalezas da Laje, de Santa Cruz e de São João. Mas os fortes de Copacabana e do Leme abriram fogo contra o navio, que, com uma manobra do seu comandante, ultrapassou a barra (Silva, 1984: 125). Penna Botto, almirante que comandava a missão, confessou que não contra atacou “os maus brasileiros que tão impatrioticamente procuravam atingir e possivelmente destruir um possante cruzador da pequena Esquadra brasileira”, pois eram grandes os riscos de uma matança da indefesa população civil de Copacabana.¹⁷

Durante a viagem o Tamandaré foi informado de que o porto de Santos já se encontrava guarnecido por tropas do Exército. Independentemente da ameaça os oficiais que comandavam o cruzador estavam dispostos a atracar e, se necessário, bombardear o local, porém Carlos Luz não permitiu que a situação de luta se instaurasse e, a bordo do navio, fez duas declarações: uma negando-se a reconhecer governo que não fosse o seu e outra aceitando a situação imposta por Lott e os oficiais aliados ao general. O cruzador regressou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 13 de novembro.

Paralelamente aos acontecimentos militares, o general Lott acionou os chefes parlamentares, para que tomassem conhecimento dos fatos. Em reunião com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, expôs a situação e pediu-lhes que promovessem a substituição legal do presidente Carlos Luz. No final da manhã do dia 11 uma moção de Gustavo Capanema, líder do PSD, solicitando o impedimento do presidente, foi posta em votação, sendo aprovada na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado. Carlos Luz foi declarado impedido e Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, foi indicado como seu substituto legal. Lott, agora reempossado como ministro da Guerra, e novos ministros militares também assumiram (Costa, 1960: 312-313).

Inúmeras foram as declarações de apoio da sociedade civil ao movimento liderado por Lott, oficialmente denominado *Retorno aos quadros constitucionais vigentes*. Em 13 de novembro o jornal *Correio da Manhã* publicava algumas das mais significantes declarações de solidariedade, como os telegramas dos radialistas cariocas a Nereu Ramos expressando, em nome da classe, “irrestrita solidariedade ao movimento de defesa da Constituição, contra aventureiros golpistas, inimigos da pátria”; e de Juscelino

¹⁷ Depoimento do almirante Pena Botto. *Revista Manchete*. Op.cit.

Kubitschek ao general Lott e a Nereu Ramos, prestando solidariedade ao movimento de manutenção da lei. Publicava, também, um comunicado do presidente da Liga de Defesa da Legalidade, o advogado Sobral Pinto, no qual elogiava-se a ação impetrada contra o “plano de subversão do regime”. O jornal também anunciava o “apoio maciço dos trabalhadores ao novo governo constituído” e informava uma reunião de dirigentes sindicais na sede do PTB, a fim de debater a situação política então vivida pelo país e prestar solidariedade ao Exército brasileiro *que estendeu a mão ao povo*.¹⁸

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil lançou um manifesto de apoio e exaltação àqueles que impediram o golpe e acusou os “aventureiros golpistas” de quererem implantar no Brasil “uma ditadura sanguinária a serviço dos imperialistas norte-americanos”.¹⁹

Várias entidades enviaram telegramas ao ministro da Guerra, prestando irrestrito apoio ao movimento: ferroviários, jornalistas, hoteleiros, marceneiros, bancários, gráficos, têxteis, metalúrgicos, funcionários da Central do Brasil e a Assembleia de Ex-Combatentes do Distrito Federal.²⁰

Após a volta das tropas aos quartéis e garantida a normalidade política, Café Filho, que até então se encontrava em uma clínica particular, decidiu que era hora de retornar à vida política e reassumir o cargo de presidente da República. Ciente desta decisão, no dia 20 de novembro, Lott o visitou e lhe informou que os chefes militares haviam decidido que não era conveniente o seu retorno à presidência. No dia 21 de novembro, por decisão do Congresso, Café Filho foi declarado impedido para o exercício da Presidência.

Como era de se esperar, a crise política-militar que motivou o contragolpe não teve desfecho com o mesmo. A posse de Juscelino e Jango, motivo de insatisfação dos grupos civis e militares que preconizavam uma intervenção militar, só se daria em 31 de janeiro seguinte, o que criava um intervalo de tempo suficiente para novas rearticulações. Além da insatisfação com os resultados das eleições presidenciais, um novo fator potencializava o descontentamento dos grupos militares. Os oficiais que participaram do golpe frustrado estavam com os seus brios feridos. A Marinha e a

¹⁸ *Correio da Manhã*. 13 de novembro de 1955, pp. 2-9.

¹⁹ Manifesto data de 14 de novembro e foi publicado no jornal *Voz Operária* em 19 de novembro de 1955.

²⁰ *Correio da Manhã*. 13 de novembro de 1955, p.2.

Aeronáutica se viam desprestigiadas e contrariadas, parte dos seus oficiais interpretava o contragolpe como uma afronta do Exército às demais forças.

Os significados políticos do Movimento 11 de Novembro nas Forças Armadas

Novembro de 1955 não deixou somente heranças positivas. Ao mesmo tempo em que garantiu a posse do presidente e do vice-presidente eleitos democraticamente e possibilitou a aproximação do grupo militar, defensor do nacionalismo, da ampliação dos direitos sociais e da defesa da legalidade, dos trabalhadores e dos partidos políticos que também defendiam esses ideais, a unidade das Forças Armadas foi severamente atingida e as divergências entre militares afloraram de tal forma que não foi mais possível abafa-las pela hierarquia. As clivagens nos meios militares, tal como na sociedade civil, avultaram e grupos formularam estratégias de atuação e alianças no campo político-militar de acordo com os seus próprios interesses.

Entender a atuação daqueles que fizeram o contragolpe de 1955 possibilita perceber a complexidade e a pluralidade de identidades presentes no interior das Forças Armadas. O comportamento dos homens de armas só pode ser entendido em correlação com a cultura política tecida na época em questão. Porém, além das clivagens presentes no meio civil, verifica-se que havia uma pluralidade de interesses e identidades entre os militares do 11 de Novembro: a defesa da legalidade e da Constituição, a defesa da honra do Exército e de seu chefe e a tentativa de impedir a atuação de oficiais ligados ao MMC, adeptos das teses mais radicais do nacionalismo popular.

Apesar dos múltiplos significados, a partir do 11 de Novembro, o general Lott teve o seu nome associado ao nacionalismo popular e recebeu amplo apoio das esquerdas políticas civis e militares da época. Permanecendo no Ministério da Guerra durante o governo de JK, o general tornou-se símbolo da legalidade democrática e do nacionalismo, chegando a candidatar-se pelo PSD à presidência da República nas eleições de 1960, fazendo dobradinha com Jango, novamente candidato a vice-presidente.

A luta dos setores militares conservadores e anticomunistas contra a “permissiva herança de Vargas” perdurou até abril de 1964. A partir desta data o antigo ministro da Guerra passou a ser publicamente desqualificado e teve a sua memória apagada. Na tarde de 6 de maio de 1964, o general Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra do governo militar que então tinha se instaurado, em discurso proferido no

gabinete do presidente da República, lembrou o nome do marechal e o contragolpe de 1955, definido como uma “verdadeira quartelada” a serviço de Juscelino Kubitschek “que soube bem tirar o melhor dos proveitos da cisão entre os militares”. (Café Filho, 1966: 524).

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. “Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política”. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, 1995.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl.
- CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. (org.). *As instituições na Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.a
- _____. “Vargas e os militares”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.b
- COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1960.
- D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ESTEVES, Diniz. *Ministros da Guerra e do Exército brasileiro: 1951-1999*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góes: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol: V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002.
- ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.